



DITADURA 60 ANOS

No coração dos centros de tortura

Ministério dos Direitos Humanos tem programação extensa para lembrar os Anos de Chumbo e vai criar locais de memória em instalações onde ocorreram mortes e desaparecimentos de opositores do regime militar

» EVANDRO ÉBOLI

Para lembrar os 60 anos do golpe militar que implantou a ditadura no país por 21 anos, de 1964 a 1985, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma série de atos e uma programação extensa para lembrar, em detalhes, as atrocidades e as violações cometidas naquele período. Sob o comando do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, um dos objetivos é expor locais onde funcionaram centros de tortura, morte e desaparecimento de militantes opositores do regime.

Constam dessa agenda a desapropriação e o tombamento da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), de onde saíram mortos os perseguidos pela ditadura para serem incinerados em Campos dos Goytacazes (RJ), em fornos de uma usina de cana-de-açúcar que vai virar um memorial. A família do então presidente João Goulart fará a marcha inversa, do Rio de Janeiro para Juiz de Fora (MG), trecho percorrido pelas tropas do Exército para destituir Jango, entre diversas outras ações.

Para cuidar dessa agenda, foi destacado o ex-ministro de Direitos Humanos e jornalista Nilmário Miranda, um perseguido político da ditadura que ficou preso por três anos, foi torturado nos porões da repressão e viveu um período na clandestinidade. Nilmário é assessor especial da Defesa da Democracia, Memória e Verdade do ministério e, desde o ano passado, tem visitado esses lugares, se reunido com parentes e vítimas da repressão e faz tratativas com instituições como universidades, que também irão participar dessa empreitada.

Relembrar o que aconteceu naquele período após quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (PL) tem um sentido especial e encerra uma necessidade premente, relata Nilmário. "O ex-presidente não reconhece a existência da ditadura, cultua torturadores, fechou a comissão que buscava o paradeiro das vítimas nunca mais vistas e já declarou que esse regime aniquilou pouca gente." "Ele convenceu muita gente. É preciso um trabalho forte agora, e vamos fazer essa disputa. Como? Contando tudo, exatamente como aconteceu", disse Nilmário Miranda, em entrevista ao **Correio**.

O governo de Lula não está sozinho nesse movimento. O tombamento e a desapropriação da Casa da Morte e dos fornos da usina de cana — e a ideia de transformá-los em centros de memória — tramitam em projetos na Assembleia

Evandro Éboli/CB/D.A Press



Para o jornalista e ex-presos político Nilmário Miranda, as atrocidades do regime militar não podem ser esquecidas

A programação

Veja o que está previsto para lembrar os 60 anos do golpe militar



TOMBAMENTO DA CASA DA MORTE

Ato no local, em Petrópolis (RJ), que funcionou como centro de prisão, tortura e morte de militantes de esquerda durante a ditadura.



FORNOS ONDE FORAM INCINERADOS CORPOS

Na usina de cana de açúcar, Parque Industrial da Companhia Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ), 12 opositores da ditadura tiveram seus corpos queimados; também será tombado e haverá ato.



CAMINHO DE VOLTA DO GOLPE

Familiares de João Goulart vão fazer o trecho de volta do Rio para Juiz de Fora (MG), de onde saíram as tropas militares para derrubar o então presidente, em 1964.



ESTÁDIO DE FUTEBOL E NAVIO DA TORTURA

Os atos vão lembrar também que navios foram usados como local de prisão e tortura, além de um estádio de futebol, o Caio Martins, em Niterói (RJ).



CHINESES PRESOS E TORTURADOS

Em 1964, agentes da repressão prenderam indevidamente nove chineses, tratando-os como propagandistas do comunismo no Brasil. Foram presos e torturados. O governo vai pedir desculpas aos familiares e ao governo chinês. Só um deles está vivo.



SEMANA DO "NUNCA MAIS"

A Comissão de Anistia do governo vai julgar casos simbólicos de vítimas da ditadura; objetivo é analisar entre 500 e 1.000 processos neste ano.

Wikipedia/reprodução



Casa da Morte, em Petrópolis: centro clandestino de tortura e assassinatos

Legislativa do Rio. A deputada estadual Dani Balbi (PCdoB) é autora da proposta de tornar a casa um museu. No caso da usina, o projeto é dos deputados Marina do MST (PT) e Rodrigo Bacellar, do PL, presidente da Assembleia Legislativa do estado e correligionário de Bolsonaro. A área da empresa virou um assentamento de trabalhadores sem-terra.

"Nesses dois locais se davam o crime perfeito. (A repressão) sequestrava, matava, esquartejava e incinerava o corpo. Nunca ninguém vai descobrir", diz Nilmário.

Só se descobriu porque um ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Cláudio Guerra, contou tudo em um livro. Ele transportava os corpos de um local para outro. No ano passado, Guerra foi condenado a sete anos de prisão, acusado de destruição e ocultação de cadáver.

"Incinerar corpos é algo que não se tinha conhecimento como prática na ditadura, até então. Isso ocorreu no Holocausto", completa o assessor do ministério. Naqueles fornos em Campos, 12 militantes tiveram seus corpos incinerados.

O governo irá destacar também que houve prisões e torturas em locais como estádios de futebol, caso do Caio Martins, em Niterói (RJ), cidade onde um navio foi fundeado, atracado, e serviu de cadeia provisória para presos políticos.

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio de Janeiro, será erguida uma estátua para lembrar Stuart Angel, um jovem remador do Flamengo que enfrentou a ditadura. Foi preso e morreu em poder dos militares. Seu corpo não apareceu até hoje. É filho da estilista Zuzu

Angel, que empreendeu uma luta para reencontrá-lo e denunciou, fora do país, a existência da tortura no Brasil. Ela morreu em um acidente de carro, em circunstâncias suspeitas. O Estado reconheceu que ela morreu vítima dos militares, como o filho. Uma placa lembrando Stuart sumiu em 2016 da sede de remo do clube. O Ministério Público cobrou explicação à direção do Flamengo, mas nunca obteve resposta.

Nessa agenda dos 60 anos do golpe, o governo Lula também irá pedir desculpas a parentes de nove chineses que foram presos e torturados no início da ditadura, acusados de propagandistas do comunismo no Brasil. Eram, na verdade, funcionários da Embaixada da China. Só um deles ainda está vivo.

A prefeitura de Juiz de Fora, das poucas cidades no país administradas pelo PT — a prefeita é a ex-deputada Margarida Salomão —, tem sua agenda para a efeméride dos 60 anos. O secretário especial de Direitos Humanos, Gabriel dos Santos Rocha, tem mantido contato com a família de Jango para a realização dessa marcha do Rio à cidade mineira, "berço" do golpe. Foi batizada de "Marcha da Democracia". Ali, se deram as primeiras prisões, na véspera de 31 de março de 1964.

"Será um conjunto de atividades no mês de abril. De lembrarmos do que aconteceu para que não se repita mais. Mostrar isso para as novas gerações. A cidade tem essa história para contar. Aqui foi um centro de prisão, mas, também, de resistência. É o que pretendemos mostrar", disse Gabriel Rocha.

Comissão quer zerar fila de anistias

A Comissão de Anistia, que julga processos de pessoas que se sentiram atingidas pela ditadura, tem ainda um passivo de cerca de 4 mil processos para julgar. A lei que criou esse colegiado é de 2001, do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O governo quer encerrar esse capítulo. A meta é de julgar de mil a 1,5 mil casos por ano até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para os 60 anos do golpe, a comissão prepara uma "Semana do nunca mais", que irá selecionar o maior número de processos para

já serem apreciados na primeira sessão de julgamento deste ano, em março.

"Essa comissão irá completar 25 anos em 2026. E temos esse passivo de mais de 4 mil processos. Temos essa tarefa histórica de envidar todos os esforços para finalizar os julgamentos até o fim deste governo Lula. Faremos todo o empenho para julgar o maior número possível de casos, até como uma lembrança dos 60 anos do golpe", disse Eneá Stutz, presidente da Comissão de Anistia.

João Vicente Goulart, filho do presidente João Goulart, o Jango,

diz ser de suma importância iniciativas do governo de lembrar a deposição do pai dele. Para João Vicente, a consumação do golpe se deu em 2 de abril de 1964, quando uma sessão do Congresso Nacional declarou a vacância no cargo. Quase 50 anos depois, em novembro de 2013, o Congresso Nacional aprovou a anulação daquela sessão, com o voto contrário do então deputado federal Jair Bolsonaro.

Para o filho de Jango, é preciso sempre recontar o que foi a ditadura, para não cair no esquecimento das gerações mais jovens.

"Hoje se fala muito em golpe. Golpe contra a Dilma, no impeachment. Golpe no 8 de janeiro, que foi, sim, uma preparação de golpe debelada com força pelo governo. Mas, golpe mesmo, com tanques nas ruas, prepotência dos militares, com dezenas de mortos e desaparecimentos se deu a partir de 1964. Foram 21 anos de escuridão", disse João Vicente.

"Nós vamos agendar uma missa para lembrarmos daqueles que tombaram. Um ato espiritual é importante também." (EE)

Evandro Éboli/CB



João Vicente, filho de Jango, com foto dos nove chineses torturados